O cenário da festa

Festa Cívica em Minas Gerais no Século XIX *

CARLA SIMONE CHAMON
Mestre em História - UFMG. Professora de História do CEFET/MG

RESUMO Este artigo trata dos festejos cívicos celebrados em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Procuramos aqui compreender e caracterizar esses festejos — espetáculos que tomavam as ruas dos arraiais, que divertiam e educavam os habitantes de Minas e que criavam e difundiam sentidos e significados a partir dos quais os mineiros construíam uma identidade e se davam uma imagem de si mesmos.

ABSTRACT This article approaches the civic festivities held in Minas Gerais during the first half of the 19th Century. It tries to comprehend and define these festivities — festivals that took the streets of the hamlets, that amused and educated the inhabitants of Minas and created and diffused meanings and sense upon which the mineiros built an identity and their self-image.

1.1 Efervescência

Nas primeiras décadas do século XIX, Minas Gerais viveu momentos intensos em termos de sua estrutura política, econômica e social. Momentos de mudanças, de definições, de arranjos, de disputas. Minas fazia parte da região Centro-Sul do país, que, com a instalação da família real no Rio de Janeiro, assistiu a uma dinamização de sua economia e

* Este artigo é parte resumida de algumas idéias desenvolvidas no primeiro capítulo da minha Dissertação de Mestrado em História, intitulada: *Festejos Imperiais*. Festas Cívicas em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

a uma intensificação de suas relações com o centro político do país. Esse período foi decisivo para o Brasil, pois nele foram dados os primeiros passos no processo de construção do Estado brasileiro. Minas Gerais desempenhou um importante papel na definição de políticas que possibilitaram a construção desse Estado, principalmente através de sua elite ligada à produção e ao comércio de abastecimento da Corte[1].

Esses momentos intensos, que marcaram o compasso da política e da vida pública, não passaram despercebidos pelos habitantes de Minas. Na década de 20, já começavam a circular na Província jornais que discutiam "todos os assuntos de interesse público discutidos no Congresso"[2]. Em suas memórias, Francisco Rezende nos conta que, na Regência os mineiros viviam mais nas praças e nas ruas do que em casa, havendo grande interesse e discussões sobre os negócios públicos da região e do país[3].

Esses foram anos de efervescências e de vivências políticas intensas, onde os habitantes de Minas festejavam a todo o tempo. As festas políticas que eles celebravam, aqui chamadas também de festas cívicas, eram para mineiros das primeiras décadas do século XIX, a ocasião de celebrar "aqueles dias em que alguma coisa grande sucedia em proveito de uma Nação, de uma cidade ou de qualquer povoação"[4].

Além das tradicionais festas em louvor à monarquia e à família real (aniversários, casamentos, nascimentos, exéquias), havia também festas comemorando a coroação e sagração de monarcas (D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II), a elevação do Brasil a Reino Unido, festas no Tejuco pela instalação da fábrica de ferro, festejos pelo 7 de setembro, pelo juramento da Constituição, pela instalação da Assembléia Legislativa, pela abdicação do imperador, pelo fim da Sedição de Ouro Preto, pelo fim da Revolução Farroupilha e muitas outras. Em Minas, "não se apresentava um motivo, por mais insignificante que fosse, de regozijo nacional ou político, que imediatamente todos não se comovessem" e, para comemorar, iam assistir a um Te Deum, colocavam "na rua uma bonita alvorada, mais ou menos estrondosa" e iluminavam toda a vila[5].

A festa cívica, motivada por questões políticas, sem, contudo, ser um mero reflexo dessas questões, é uma forma de vivenciar o político que, em sua efusão, busca contagiar e comover a todos os habitantes

1 LENHARO, Alcir, *As Tropas da Moderação*. (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1824). São Paulo: Símbolo, 1979.
2 CUNHA, Pedro Octávio. C. da. "A Fundação de um Império Liberal: Primeiro Reinado, Reação e Revolução, in: HOLANDA, S. B. de(org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 2, vol. 1, S. P.: Difel, 1965, p. 401.
3 REZENDE, Francisco. de P. F. de, *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 68.
4 "Ouro Preto - 3 de Maio", *O Universal*, Ouro Preto, n. 282, 04 de maio de 1827, p. 2.016.
5 REZENDE, F. de P. F. de. *op. cit.*, p. 68.
6 Sobre a questão do consentimento e da submissão proporcionados pelos espetáculos festivos, ver: DUVIGNAUD, Jean. *Festas e Civilizações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, p. 92.

de uma povoação ou mesmo de um país. De uma maneira mais geral, pode-se dizer que as festas cívicas celebradas em Minas eram momentos onde se buscava criar laços entre o povo e o poder, fomentar uma identificação do povo com as propostas políticas do governo e estreitar os laços entre ele e seus dirigentes. Nos festejos dessa natureza, o poder se transformava em espetáculo para conquistar a adesão. Através de um cenário fascinante ele buscava reduzir e atenuar as diferenças entre os seus habitantes, mas buscava também trazê-los reunidos na "unanimidade da obediência"[6].

Tanto no período joanino como depois da independência em 1822, as festas cívicas mineiras procuravam despertar a população para as novidades que surgiam no cenário político e social, estimulando a formação de um espírito público entre seus habitantes. Essas novidades apontavam para uma dinamização das relações políticas e econômicas na região, bem como para uma proposta de modernização e desenvolvimento do país, começando a aparecer uma rede de valores criadores de uma identidade social, como o ideal de trabalho, de prosperidade e de civilidade.

Nos anos posteriores à instalação da Corte portuguesa no país, o Brasil se transformou em uma "metrópole interiorizada"[7]. O poder metropolitano que no período colonial estava geograficamente distante e separado do Brasil, que dividiu sua colônia para melhor controlar suas riquezas, que se preocupava apenas em explorar o país, agora estava perto. E mais: empreendendo políticas que visavam dinamizar o país e integrar suas diversas regiões. Nesse processo, a metrópole se "interiorizava", deixando crescer suas raízes aqui, abrindo perspectivas de prosperidade para o Brasil.[8]

Se antes os interesses da metrópole eram tidos como antagônicos aos da colônia, o que se procurava a partir daquele momento era uma associação entre esses interesses. A identificação entre esses interesses se fazia de várias formas, como pela cooptação das elites através de distribuição de títulos nobiliárquicos, distribuição de sesmarias[9] e, também, através dos festejos cívicos. Esses eram momentos de efusão que buscavam tirar o povo da ignorância e interessá-lo pelos destinos do país, servindo de "estímulo a despertar-se o Patriotismo"[10]. Era a festa que entusiasmava a todos, que buscava forjar uma unanimidade em torno de seus ideais, contagiando e difundindo sonhos, esperanças e valores através da celebração de fatos e personagens da vida política e

7 DIAS, Maria Odila Silva. "A Interiorização da Metrópole". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspetiva, 1986.
8 Idem, ibidem.
9 LENHARO, A. *op. cit.*, p. 65-68.
10 "Suplemento ao Universal de n. 661", *O Universal*, Ouro Preto, n. 661, 19 de outubro de 1831, s/p.

social. Ao celebrar o poder político, seja na figura do rei e de suas autoridades, seja através das medidas que ele tomava para governar, a festa cívica colocava a pátria no altar.

A festa cívica era, por isso, uma festa pedagógica[11]. Em Minas, nas décadas de 10 e 20, ela visava formar no povo um espírito público, infundir-lhe uma preocupação com o desenvolvimento de sua povoação e de sua região, muito mais do que com o país como um todo. Nas décadas posteriores, a festa já tinha como centro de sua celebração a nação que se queria criar. A pátria brasileira era o centro da comemoração festiva e ensinava ao povo os valores do patriotismo. Nesses dois momentos, a festa procurava passar para o povo lições, ainda que rudimentares, de disciplina coletiva e de unanimidade, criando e difundindo, através de suas elaborações imaginárias, os sentimentos cívicos e valores de vital importância para a vida social.

Através da efusão e do fervor coletivo vivenciados na festa o poder público procura se apoderar do homem e criar um sentido para o seu fazer social, incitando-o a comungar dos valores que a festa cívica proclama. Aqui, o poder político lança mão da ritualização para se manifestar publicamente. É através de suas "liturgias políticas"[12], de suas manifestações públicas e festivas, que o poder político procura criar e firmar a adesão da sociedade às idéias que ele quer tornar absolutas, se legitimando publicamente. Mas é também uma maneira de criar uma identidade, de ordenar e dar sentido ao mundo social.

Para isso, não é necessária a existência de um Estado nacional organizado, com suas diretrizes racionalmente traçadas e um aparelho administrativo bem montado. No Brasil do século XIX, a construção desse Estado, com suas práticas de controle e supervisão de pessoas e coisas na sociedade, se fazia juntamente com a criação de todo um imaginário político que perpassava e que era vivenciado nas festas cívicas. Nesse Estado, onde a população aparecia "como problema a ser resolvido e enigma a ser decifrado"[13], a criação de um imaginário político e a educação do povo, promovida pelas festas, eram um processo integrante e indissociável desse Estado que se fazia na medida em que implementava suas práticas governamentais.

11 Sobre o papel pedagógico da festa ver: OZOUF, Mona. *La Fête Révolutionnaire (1789-1799)*. Paris: Gallimard, 1976, pp. 235-259.

12 RIVIÈRE, Claude. *As Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

13 DUARTE, Regina. H. *Noites Circenses*. Espetáculos de Circo e Teatro em Minas Gerais do século XIX. Campinas: Editora UNICAMP, 1995, p. 19.

1.2 Organizadores

A organização das festividades cívicas em Minas Gerais ficava, em geral, a cargo das câmaras municipais[14]. As festas regulares, já inscritas no calendário nacional, ou regional, eram automaticamente celebradas todos os anos, devendo a câmara se encarregar das despesas mínimas, como Te Deuns, cera para as velas, música e iluminação do prédio da câmara[15]. Aniversários dos monarcas, a elevação do Brasil a Reino Unido, a primeira visita do Príncipe D. Pedro I a Minas, o 7 de setembro, o juramento da constituição e muitas outras eram algumas dessas festas[16].

Para aquelas que não constavam do calendário oficial havia sempre uma ordem do governo da capitania (após a independência do presidente da província) comunicando o motivo da celebração para que a câmara municipal tomasse as devidas providências relativas ao festejo. Em Campanha, por ocasião da aclamação e coroação de D. João VI, o governador da capitania comunica a realização da solenidade no dia 6 de abril de 1817 à câmara daquela vila, ordenando que no mesmo dia a câmara fizesse "as maiores demonstrações de júbilo e festivos aplausos a tão alto e sublime objeto"[17]. Em outros casos, como na pacificação do Rio Grande do Sul em 1845[18], o presidente da província fazia apenas o comunicado e a câmara deliberava sobre a realização do festejo, dando apenas parte ao governo do dia, hora e local da festa.

Havia casos também onde não existia uma ordem expressa de instâncias superiores, sendo a comemoração de iniciativa das autoridades locais, realizada com dinheiro das próprias autoridades ou de pessoas que para isso contribuíam. Foi o caso da festa do Tejuco em 1815, celebrando a primeira produção da Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, organizada pelo Intendente Geral das Minas e Diamantes na Comarca do Serro do Frio, juntamente com alguns outros "festeiros"[19].

Os festejos pela abdicação do imperador em 1831 foram, quase todos, de iniciativa de autoridades locais, sendo alguns de iniciativa dos próprios habitantes. No arraial de Santa Quitéria, freguesia do Curral Del Rei, os "autores do festejo público" foram o Juiz de Paz e seu suplente, juntamente com outros cidadãos de prestígio no arraial[20]. Na Aplicação

14 As câmaras municipais também se encarregavam da organização de algumas festas religiosas. Ver: Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, vol. I, 1896, p. 481-483 e TERMOS de Vereação e Acórdãos e Câmara Geral da Câmara Municipal de Ouro Preto, códice n. 137 (1809-1826).

15 Sobre os encargos das câmaras com as festas ver: TERMOS de Vereação e Acórdãos e Câmara Geral da Câmara Municipal de Ouro Preto, códice n. 137 e ATAS da CMOP, códice n. 250 (1831-1834).

16 Idem, ibidem.

17 "Festejos pela aclamação e coroação de D. João VI", in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, B.Hte., vol. 1, 1896, p. 567.

18 ATAS da Câmara Municipal de Ouro Preto, códice n. 369 (1842-1845), fl. 185 r/v.

19 OLYNTHO, A. "Festas no Tejuco", in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, B. Hte., vol. 6, 1902, p. 16.

20 "Suplemento ao Universal de n. 661", *O Universal*, Ouro Preto, n. 661, 19 de outubro de 1831, s/p.

do Senhor do Bonfim, termo da Real Vila de Queluz, o Juiz de Paz organizou e presidiu a festa, ordenando também que "todos os cidadãos iluminassem as suas casas"[21]. No arraial de Itabira do Mato Dentro quem entusiasmou e animou o povo foi também o Juiz de Paz[22]. Em Catas Altas da Noruega, o Juiz de Paz mandou formar dois arcos triunfais[23], o mesmo ocorrendo em outras localidades.

De iniciativa do poder público, é interessante notar que a organização e as despesas da festa não ficavam exclusivamente nas mãos das autoridades locais. Elas contavam, invariavelmente, com o apoio de cidadãos com cabedal e prestígio para enriquecer e abrilhantar a comemoração e fazer mais "pomposos os aplausos públicos". Jantares, refrescos, música, cera, iluminação, arcos triunfais, são alguns dos encargos que muitos cidadãos tomavam para si.

O fato de serem pessoas de posses, com possibilidade de contribuir financeiramente para a festa, nos indica que eram pessoas da elite que estavam entre seus organizadores. Mas, talvez, a contribuição financeira atingisse também setores menos privilegiados da sociedade e se diluísse entre os habitantes. O costume de se abrir uma subscrição, onde todos faziam as suas ofertas para o custeio da festa, abre essa possibilidade, difícil de ser comprovada em virtude do anonimato dessas contribuições. Apenas aquelas de maior vulto eram declaradas, o que é bastante significativo. Um exemplo típico dessa situação ocorreu no arraial de Mateus Leme, na comemoração pelo 7 de abril de 1831. O Juiz de Paz resolveu fazer a festa e, enquanto ele contratava o Reverendo para fazer a missa e a música, "concorriam todos com suas ofertas", sem falar do cidadão Domingos Alves da Cruz, que, além do que já havia contribuído, se encarregou de pagar "um elegante arco de proporcionada arquitetura e pintura, contendo no centro as Armas do Brasil (...)"[24].

Na aclamação de D. João VI, em Sabará, o Capitão-mor das Ordenanças ofereceu fogos e uma alvorada; o Desembargador Ouvidor e Corregedor da Câmara ofereceu a iluminação do passeio público no largo da praça do Rosário; as cavalhadas e encamisadas foram oferecidas pelo corpo dos comandantes das ordenanças; duas óperas, uma

21 "Suplemento ao Universal de n. 624 - Detalhe da solene festividade que o Capitão Antônio de Souza Moreira, Juiz de Paz da Aplicação do Senho do Bonfim, filial de Congonhas do Campo, fez por ocasião da elevação ao Trono do Senhor D. Pedro Segundo Imperador Constitucional", *O Universal*, Ouro Preto, n. 624, 25 de julho de 1831, s/p.

22 "Ouro Preto", *O Universal*, Ouro Preto, n. 646, 14 de setembro de 1831, p. 2.

23 "Interior", O Universal, Ouro Preto, n. 595, 16 de maio de 1831, p. 2.

24 "Suplemento ao Universal de n. 661", O Universal, Ouro Preto, n. 661, 19 de outubro de 1831, s/p. Um caso raro nesse aspecto, que ocorreu na Serra de Grão-Mogol, foi o "rasgo de generosidade" do Capitão Silvério José da Silva, que não permitiu que outros cidadãos tivessem qualquer despesa com a festa: "ele gostosamente sobrecarregou-se com el[a], fazendo toda a despesa a sua custa, a qual orçou em 200:000 réis (...)". "Correspondência", O Universal, Ouro Preto, n. 1.194, 15 de junho de 1835, p. 3.

oferecida pelos oficiais da ouvidoria e outra pelos oficiais do juízo de fora; o Desembargador Juiz de Fora ofereceu a iluminação de um castelo de fogo no largo da Igreja do Carmo, além de um "curro cercado de palanques de dois andares, vestidos de damasco e areados à romana para a Câmara, Nobreza, contradanças, música e povo". Os negociantes de Sabará ofereceram as touradas que aconteceram no curro construído pelo Desembargador. Ali foram apresentadas quatro contradanças oferecidas pelos oficiais da Real Casa de Intendência, pelos negociantes do arraial de Santa Luzia, pelos juizes dos ofícios mecânicos e pelos tenentes coronéis Francisco Lopes de Abreu e Antônio da Costa Moreira[25].

A grande participação de cabedais privados e a quase ausência do dinheiro público na celebração das festas cívicas não revelam indiferença ou descaso por parte do poder, mas sim uma impossibilidade financeira, afinal, os cofres públicos nesse período estavam à míngua[26]. Importa aqui ressaltar que, custeando ou não as festas cívicas, o poder público se fazia presente nesses momentos através de suas autoridades constituídas. Era esse poder que estava sendo colocado em evidência nas festas. Em Ouro Preto, nos festejos pelo 7 de abril, o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos "recebeu o galardão devido ao seu mérito (...), coberto de louvores, ao estrondoso som de imensos vivas dados por um povo grato aos seus benefícios"[27]. O cortejo que percorreu a cidade do Serro, na comemoração pelo fim da Revolução Farroupilha, foi acompanhado pelas "autoridades judiciárias e policial, o chefe e os oficiais da guarda nacional e mais pessoas gradas do país"[28].

Essas manifestações públicas foram organizadas por agentes que falavam de um ponto de vista autorizado, seja oficial, através das câmaras municipais ou dos juizes de paz, seja extra-oficialmente, através de cidadãos reconhecidos e legitimados pela população que, em virtude do seu lugar social, possuíam uma forte capacidade de persuasão sobre a população. O poder público, as autoridades e os "principais cidadãos" se destacavam na festa, tanto como seus organizadores, quanto como entusiastas do povo[29] e incentivadores do "santo fogo do patriotismo"[30].

Mas não se pode dizer que a festa cívica, articulada pelas elites

25 "Festejos em Sabará na occasião da acclamação de D. João VI", in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, B.Hte., vol. 10, 1905, p. 738, 739.

26 A penúria do governo, impossibilitado de arcar com todos os seus gastos, dava margem a esse tipo de iniciativa bastante comum no século XIX, onde o patrimônio particular vinha em socorro dos serviços públicos. Sobre o assunto ver: FRANCO, Maria Sylvia. de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. S.P.: Ática, 1976, principalmente o capítulo 3 - "O Homem Comum: A Administração e o Estado".

27 "Interior - Triunfo da Liberdade", *O Universal*, Ouro Preto, n. 583, 18 de abril de 1831, p.1.

28 "Festejos pela pacificação da província do Rio Grande do Sul". O Itacolomy, Ouro Preto, n. 35, 09 de maio de 1845, ano 3, p. 3.

29 "Correspondências", *O Universal*, Ouro Preto, n. 597, 20 de maio de 1831., p. 3.

30 "Interior - Triunfo da Liberdade", *O Universal*, Ouro Preto, n. 583, 18 de abril de 1831, p.2.

mineiras, era simplesmente uma válvula de escape, da qual resultava uma maior submissão do povo, na medida em que ela permitia uma certa descompressão social. Na verdade, o político se liga ao imaginário e ao simbólico, que perpassam a festa, não apenas para se utilizar deles e impor uma dominação, mas também para criar uma significação, significação essa que é essencial para a ligação identitária de uma comunidade. As elites políticas mineiras estavam tão envolvidas nessa teia de significações que atravessava a festa como qualquer outra pessoa que vivenciava esse momento; a elite não se colocava fora dessa construção, suas ações e decisões dependiam das representações e dos sentidos que estavam sendo veiculados nesses rituais. As configurações simbólicas que ela acionava exprimiam uma situação concreta, ao mesmo tempo em que lhe conferiam um sentido.

Dessa forma, nas comemorações cívicas que a elite mineira fazia realizar, o poder político se revestia de um caráter mágico, sendo capaz de "fazer crer, de produzir e de impor classificação legítima ou legal"[31]. Ou seja, essa elite era capaz de fazer com que os moradores de suas vilas e arraiais acreditassem e legitimassem uma série de valores e de classificações que eles procuravam impor para a sociedade. E era essa capacidade, inscrita pelo imaginário nas relações sociais, que faria o sucesso da festa: formar no povo um espírito público e inspirar-lhe o amor pela pátria.

1.3 Espectadores

O destinatário de toda essa ritualização que o poder acionava era o povo. Os relatos das festas cívicas mineiras sublinham sempre a sua presença. Nas festas de iniciativa do poder público, a sua destinação ao povo se explicitava no convite que a ele era feito pelos editais que as câmaras mandavam publicar.

No período colonial, o povo era muito mais intimado a participar da festa do que propriamente convidado para ela[32]. Isso se comprova nos termos dos editais anteriores à emancipação política do país: as câmaras "convidavam" os habitantes para assistirem à missa realizada em ação de graças pelo evento celebrado e mandava que todos iluminassem as suas casas "sob pena de 6 mil réis de condenação"[33]. No entanto, nas festas do período imperial, essa imposição cessa e os moradores passam de fato a ser convidados pelo poder público a assistir e participar das comemorações. Nos editais que as câmaras mandavam publi-

31 Sobre o poder de nomeação do poder político ver: DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo.* Sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 151.
32 PRIORI, Mary Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial.* São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 26.
33 TERMOS de Vereação e Acórdãos e Câmara Geral da Câmara Municipal de Ouro Preto, códice n. 137, fl. 199v.

car, não havia aviso de condenação para os ausentes e omissos e os relatos falam sempre da participação espontânea dos cidadãos, chamados a se reunir "pela voz do patriotismo e não, como em outros tempos, obrigados"[34].

Se nas festas de iniciativa do poder oficial havia editais que tornavam público o evento, nas festas cívicas organizadas pelos cidadãos "grados", cada um deles saía a convidar o restante da população para a festa[35]. Não importava como eles eram comunicados, o fato é que o povo sempre estava lá. Nos festejos de 1815 no arraial do Tejuco o povo se "apinhava"[36], em 1831, nos festejos pela abdicação de D. Pedro I, todas as narrativas nos falam de "um imenso concurso de cidadãos", "um concurso de povo o mais numeroso"[37], ou ainda de "um grande acompanhamento dos habitantes do arraial e dos proprietários"[38], demonstrando público regozijo[39].

Essa preocupação dos relatos em enfatizar a presença do povo nos leva a questionar se realmente *todos* os habitantes compareciam aos festejos. Mas, principalmente, nos faz perguntar sobre a intenção desses relatos ao sublinhar constantemente a participação do povo. Existia aqui a construção de uma festa ideal, aquela em que todos os moradores tomavam parte e se regozijavam.

Entretanto, mesmo que existisse um exagero por parte do narrador e que a presença do povo não fosse assim tão maciça como os relatos querem fazer acreditar, é interessante notar que o povo não se apresentava como um mero detalhe da festa. Na vila de Campanha, as festas pela coroação de D. Pedro II foram as mais belas que Francisco Rezende já havia presenciado, não só porque tudo havia sido feito com brilho e grandeza, mas porque, a concorrência do povo, *"o que principalmente faz as festas"*, foi enorme[40]. Por mais que se possa caracterizar a sua inserção no momento festivo como passiva[41], sua presença era indispensável, pois, é o povo que explica porque a festa existe e sem "quem ela não existe"[42], sem quem ela perde a sua razão de ser. O povo era a

34 "Barbacena", *O Universal,* Ouro Preto, n. 839, 12 de dezembro de 1832, p. 3

35 Como é o caso da festa no Tejuco por ocasião da aclamação de D. Pedro I em 1822."Festas no Tejuco em 1822", in: *Revista do Arquivo Público Mineiro,* B.Hte., vol. 4, 1899.

36 OLYNTHO, A. *op. cit.* p. 18.

37 "Interior - Triunfo da Liberdade", *O Universal,* Ouro Preto, n. 583, 18 de abril de 1831, p.1; "Forquim", *O Universal,* Ouro Preto, n. 585, 22 de abril de 1831, p. 4; "Correspondência", *O Universal,* Ouro Preto, n. 594, 13 de maio de 1831, p. 4; "Correspondência", *O Universal,* Ouro Preto, n. 597, 20 de maio de 1831, p. 3 e "Suplemento ao Universal de n. 661", *O Universal,* Ouro Preto, n. 661, 19 de outubro de 1831, s/p.

38 'Correspondência", *O Universal,* Ouro Preto, n. 595, 16 de maio de 1831, p. 3.

39 Ver também "Festejos pela pacificação da província do Rio Grande do Sul". *O Itacolomy,* Ouro Preto, n.º 35, 09 de maio de 1845, ano 3, p. 1 e 2.

40 REZENDE, F. de P. F. de. *op. cit.*, p. 136. Grifo meu.

41 Como faz Hercídia Lambert, para quem a festa cívica brasileira é organizada pela governo e reserva "aos cidadãos o papel passivo de espectadores". LAMBERT, Hercídia Mara Facuri, Coelho. "Festa e Participação Popular (São Paulo - início do século XIX)". In: *História n. 13,* São Paulo, 1994, p. 124.

42 OZOUF, M. *La Fête Révolutionnaire, op. cit.*, p. 24.

testemunha de que a festa de fato ocorrera. Além disso, era para ele que a festa cívica se dirigia, era ele que se queria educar. Era na tentativa de que "o povo menos instruído" não murmurasse e não desgostasse de suas instituições, resultando das comemorações das datas "notáveis", que o patriotismo mais e mais se arraigava "em todas as classes da sociedade"[43].

Por isso, não só a presença da população era destacada, como também sua emoção e seu contentamento: na festa em comemoração ao aniversário da independência em 1830 na cidade de Campanha, um "numeroso concurso de povo" compareceu "cheio do mais vivo entusiasmo"[44]. Os cidadãos do arraial de Contagem das abóboras "com modesta alegria patenteavam em seus amáveis semblantes o prazer, o regozijo que transbordava em seus corações" pela "regeneração" do Brasil, ocorrida com a abdicação de D. Pedro I[45]. Pelo mesmo motivo, os habitantes do arraial de Santa Bárbara "exultaram de prazer e em seus semblantes se divisavam a alegria e o contentamento"[46].

A intensidade dos momentos vividos na festa atingia a todos, e talvez por isso eles não se considerassem apenas meros espectadores de um espetáculo. Destinatário da educação cívica impregnada na festa, o povo deveria participar e contribuir com o essencial: o fervor coletivo. Não estava ali apenas para receber passivamente a mensagem do poder. Ele deveria, com a sua presença e o seu contentamento, fazer a festa acontecer e, festejando, deixar de ser "mudo espectador" do cenário político do país[47].

Mas, depois de percorrer as narrativas, perguntando para quem a festa se dirigia, fica a pergunta: quem era esse povo tão apontado nos relatos? A quem exatamente se refere o enunciado?

Nos festejos anteriores à Carta Constitucional, o povo ainda não havia sido elevado à categoria de cidadão, sendo que o termo designava os comerciantes, as parcelas menos privilegiadas e os setores pobres da população, excetuando-se os escravos. Depois da independência, a expressão povo passou a designar os cidadãos em geral (à exceção dos escravos)[48].

O enunciado "povo", fabricado pelo discurso político, possui várias definições[49]. Povo, no latim, são os habitantes de uma cidade, a multi-

43 DIÁRIO do Conselho Geral da Província de Minas Gerais, sessão de 14.12.1831, p. 67.

44 "Correspondência", *Pregoeiro Constitucional*, Campanha, n. 6, 25 de setembro de 1830, p.25. Os exemplares consultados deste periódico encontram-se na Sessão Provincial do Arquivo Público Mineiro, Presidência da Província (correspondências recebidas), cx. 46 (Campanha - 1829/1832), doc. 40.

45 "Suplemento ao Universal de n. 653", *O Universal*, Ouro Preto, n. 653, 30 de setembro de 1831, s/p .

46 "Correspondência", *O Universal*, Ouro Preto, n. 594, 13 de maio de 1831, p. 4.

47 "Suplemento ao Universal de n. 653", *O Universal*, Ouro Preto, n. 653, 30 de setembro de 1831, s/p.

48 "Festas no Tejuco em 1822", *op. cit.*, p. 810.

49 Sobre as várias definições do enunciado povo ver: BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, pp. 13-34.

dão que habita um lugar; no sânscrito, ele designa "o homem em estado de número", "o número inumerável, a própria abundância"; no grego, que não tem uma expressão única para "povo", ele é a própria representação da vida política. Em todas essas definições, o povo como categoria política é sempre portador de um alto grau de mobilização e por isso mesmo alvo do discurso político que o toma na sua maior generalidade: "não identificável, multiforme, compósito e composto, o povo é alguém sem ser ninguém"[50]. Os homens, assim instituídos, se diluem numa categorização que abarca a todos, numa generalização que impede, à primeira vista, a identificação de seus diferentes estratos.

Em Minas, a designação genérica de povo, o anúncio de que suas festas cívicas tinham um sujeito coletivo, uniforme, que englobava os cidadãos em geral, dissimulava a persistência de uma rígida hierarquização entre os segmentos sociais e evidenciava uma vontade de unanimidade da parte do poder que organizava essas festas. Esse poder nomeava de "povo" ao público da festa, falava por ele e para ele. Ao fazer isso, a elite política mineira não estava constatando um fato, ela não estava apontando para a existência de um grupo homogêneo entre os habitantes de Minas Gerais, mas criando esse grupo, instituindo-o. Através do enunciado "povo", o que se procurava era uma existência coletiva, harmônica e coesa, livre dos conflitos e tensões que perpassavam as relações dos diversos segmentos sociais.

Mas, na verdade, falar de povo de maneira genérica, se referindo a todos os segmentos da sociedade, não significava abolir a ordem hierárquica que havia entre eles. A unanimidade que a festa cívica pretendia não incluía igualdade social. Nela, à "população permanente das povoações" mineiras, "em geral, composta quase toda de homens de cor, taberneiros e artesãos" se juntavam os "lavradores" e proprietários[51]. O desejo de unir os homens num mesmo ideal não descartava a ordem hierárquica da sociedade: todos se uniam, mas cada um em seu devido lugar. Apenas dessa forma os segmentos menos privilegiados, excluídos efetivamente das decisões sobre os rumos do país, eram chamados a se integrar ao todo social e a partilhar as mesmas paixões políticas.

Com relação aos escravos, excetuando-se os festejos onde todos, independente do status social, eram chamados a prestar fidelidade e vassalagem ao rei[52], os cativos efetivamente estavam excluídos. Não que se proibisse a sua presença. Mas, mesmo que eles estivessem lá

50 Idem, Ibidem, p. 139.

51 SAINT-HILAIRE, A. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.137.

52 O grande contigente de escravos existente em Minas Gerais nesse período, é freqüentemente esquecido pelos relatos. Eles são mencionados apenas em alguns festejos que comemoravam a coroação do rei, fazendo parte dos entretenimentos da festa, principalmente das danças. Ver: SAINT-HILAIRE A. *op. cit*, p. 152.

para assistir ou para dançar, os relatos os encerram num silêncio difícil para nós de fazê-los sair. A exclusão a que os escravos eram submetidos nas relações sociais impossibilitava que eles se integrassem às festas cívicas. Aqui, o ideal da festa harmônica, propiciadora da coesão e da solidariedade social, era explicitamente desmentido por esse segmento que nela não tinha lugar.

1.4 Cenário

A festa cívica, como toda festa, se sustenta pelo seu encantamento. Sem sombra de dúvida, o que primeiro se sobressai numa comemoração festiva é a sua beleza, o seu poder de encantar e seduzir, tanto a quem participa (como ator ou espectador), como a quem dela toma conhecimento indiretamente, por relatos escritos ou orais.

Seja religiosa, carnavalesca ou cívica, a festa é sempre um espetáculo sedutor. Toda festa pública, realizada sob o olhar de todos, procura, antes de tudo, deslumbrar. Nas festas cívicas, além de alguma coisa para se ver, sempre há uma proposta política ao povo. Uma festa cívica não existe sem esses dois elementos. Mas o que ela revela ao olhar e o que ela propõe a uma coletividade se mostra diferente a cada momento. Então, é preciso perguntar o que havia para se ver na festa cívica mineira nas primeiras décadas do século XIX, qual cenário ela montava para veicular afetos políticos e assim realizar a tão sonhada adesão de todos a um certo propósito político.

É certo que a festa cívica não se resume à sua ligação com o poder. Ela põe em jogo, implícita ou explicitamente, muitas outras questões além das pretendidas pelos seus organizadores. Os elementos festivos não têm todos, necessariamente, uma funcionalidade política. Sua significação e sentido podem passar por lugares muito diversos do político. É verdade que os acontecimentos políticos motivam de alguma maneira essas festas, mas eles são a sua condição necessária e não a sua condição suficiente. Intimamente ligadas aos processos políticos do período, as festas cívicas não são redutíveis a eles. Ou seja, não basta o evento político para que a festa ocorra, ele não pode ser apontado como a sua causa, pois não determina pura e simplesmente, essas manifestações festivas. Elas nascem no imaginário social, sendo condicionadas de maneira não sistemática pelos acontecimentos políticos[53].

O encantamento que a festa cívica em Minas exercia sobre seus habitantes pode ser vislumbrado a partir dos sentidos que ela aguçava.

53 Sobre a questão da determinação e da criação pelo imaginário social ver CASTORIADIS, Cornelius. "Tempo e Criação", in: *Encruzilhadas do Labirinto III*, O mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 992.

Visão, paladar, olfato, audição, tato: todos estavam presentes, em maior ou menor grau, nessas comemorações. Sedutora, a festa falava a todos esses sentidos. Nela os habitantes pareciam estar "afetados da Dança de São Guido, ou de um Delírio Erótico". Não havia lugar para a melancolia, "um riso geral animava os olhos e movia os lábios e o corpo de todos os homens: ninguém se via, que estivesse mudo ou quieto (...) Tudo estava em ação - Vivas - Saltos - Gritos - se ouviam por toda a parte"[54].

Buscando unir o útil ao agradável, a festa falava a todos esses sentidos através de imagens, gestos, sons, cheiros e sabores. Era nesses elementos que a pedagogia da festa se revelava. Pedagogia que visava tomar o homem antes pelo sentir que pelo pensar. Tomando os seus habitantes pelos olhos, nariz, boca, corpo e ouvido, ao mesmo tempo, a festa era capaz de multiplicar as impressões e as emoções, produzindo no imaginário coletivo uma "irresistível crença política"[55], sendo "capaz de entusiasmar ainda mesmo os mais frios ou indiferentes"[56].

O apelo ao olhar é o ponto mais evidente da festa. Tanto mostrando como ocultando determinados elementos, é, em primeiro lugar, pelo olhar que se pretende conseguir educar o povo, é às imagens que se confia a educação dos homens. Do relato das festas cívicas mineiras do século XIX pode-se perceber a importância das representações visuais nos festejos. Essa importância se explica, em grande parte, pela capacidade do olhar em processar imediatamente as informações que lhe chegam. Trabalhando com a afetividade, mais do que com o racional, elas prendiam o espectador mineiro pela emoção que causavam, elas seduziam o seu público.

O costume de se enfeitar os arraiais em dias de festa era uma forma de mostrar contentamento. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, "as ruas atapetadas de folhagens e flores, os balcões e janelas ostentando colchas de damasco e cetim, demonstravam a alegria da população"[57]. Essa prática de ornamentar as ruas, casas e praças pode ser comprovada por muitos outros relatos. Nas festas pela abdicação de D. Pedro I, em 1831, em todos os lugares onde houve comemoração, o povo enfeitou as ruas e praças com flores, folhas e ramos de fumo e café. No arraial de Catas Altas da Noruega, assim como em muitas outras povoações de Minas, "o Juiz de Paz (...) tinha mandado formar dois arcos triunfais guarnecidos de café e fumo, com cujas folhas também os cidadãos haviam ornado os seus peitos e chapéus"[58]. Estes dois últimos elementos, mais do que simples decoração, eram símbolos nacionais,

54 "Festas no Tejuco em 1822", *op. cit.*, p. 809.
55 OZOUF, M. *op. cit.* p. 243.
56 REZENDE, Francisco de P. F. *op. cit.*, p. 69.
57 CUNHA, P. O. C. da."A Fundação de um Império Liberal". In: HOLANDA, S. B. de. *op. cit.*, p. 243.
58 "Catas Altas da Noruega", *O Universal*, Ouro Preto, n. 595, 16 de maio de 1831, p. 2.

que identificavam os mineiros com a sua pátria e com os brasileiros das outras províncias.

Para deixar a cidade mais bonita, as câmaras podiam também mandar os habitantes caiar a frente de suas casas, principalmente daqueles que moravam em frente à praça onde seria realizada a comemoração[59].

Uma segunda arma de sedução da festa era o costume de iluminar as casas em sinal de regozijo público. Ela era a manifestação exterior da alegria interior dos moradores da cidade[60]. Esse costume de colocar luminárias - como era chamado nos editais que as câmaras municipais publicavam, chamando o povo para a festa - é muito antigo. Ele está presente nas Cartas Régias desde o século XVI, sendo constante até o início do século XIX[61].

As luminárias e os fogos podem ser considerados os elementos essenciais dos festejos. As luzes "criavam o ambiente de festa" e "os fogos de artifício ou as salvas constituíam a base constante da festa pública"[62]. Iluminar a cidade era sinal de regozijo público, era demonstração de que todos se uniam naquele momento em torno de um mesmo ideal. Em geral, os festejos, por mais simples que fossem, eram acompanhados tanto de fogos e salvas de roqueira e artilharia como de iluminação das casas. A iluminação, sinônimo de prazer e demonstração de alegria, era o elemento que permitia que todos participassem diretamente da festa. Além disso, a iluminação rompia com o cotidiano onde se trabalhava de dia e se dormia à noite. Na verdade, ela quebrava com a calmaria noturna, visto que os festejos duravam até a madrugada, impedindo as pessoas de dormir.

Esse era também um ponto de diferenciação social, pois, as casas mais ricamente iluminadas demonstravam maior prestígio e distinção social, sendo um dos momentos em que as famílias mais importantes e reconhecidas reafirmavam seu lugar na cidade através da forma como elas tomavam parte dos festejos. A forma mais comum de iluminar as casas era por meio de lamparinas, panelinhas de barro com azeite e um algodão torcido aceso. Essas lamparinas tinham o nome de luminárias. Sempre que se falava em colocar luminárias já se entendia que se devia iluminar a povoação. Segundo Francisco de Paula Rezende essa era a maneira como as pessoas mais pobres iluminavam as suas casas e, apesar de simples, essas luminárias colocadas sobre as vergas das

59 TERMOS de Vereação e Acórdãos da Câmara Municipal de Ouro Preto, códice 137, fl. 290v e SAINT-HILAIRE, A. *op. cit.* p. 222.

60 SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Reino do Brasil.* Vols. 1 e 2, Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, p. 240.

61 PRIORI, M. del *op. cit.*, p. 35.

62 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "A Sociedade e suas Diversões". In: *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).* São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1977, p. 60.

portas e janelas "não só de perto, mas sobretudo de longe, não deixava de fazer uma bonita vista"[63].

Rezende ainda nos informa que nas casas com maior luxo "suspendia-se em cada um dos portais de todas as portas e janelas uma lanterna de folha de flandres com vidros e, dentro, uma vela". Em outras, podia-se, inclusive, pintar dísticos patrióticos. Mas, independente da forma utilizada para iluminar as casas, "o certo é que nenhuma ficava que não fosse mais ou menos iluminada"[64]. A iluminação, seja como forma de tornar a cidade mais encantadora, seja como elemento que testemunha a comunhão pretendida pela festa, permitia visualizar o grau de adesão que ela alcançava.

Algumas vezes, a festa também perfumava a cidade: no Colégio de Matosinhos os enfeites utilizados são "arcadas de ramos e flores aromáticas"[65]. Em Diamantina, as senhoras "atiravam flores perfumadas com água de colônia" nos cidadãos que recitavam versos em honra ao 7 de abril debaixo de suas sacadas[66].

Além de enfeitar, perfumar a cidade e suas casas, os habitantes se vestiam ricamente ou com as suas melhores roupas, aparecendo em público com toda a distinção possível. Pelo seu caráter de dia especial e por colocar as pessoas frente a frente, a festa fazia sair dos armários e baús os trajes de gala. A recepção das barras de ferro na entrada do arraial do Tejuco, em 1815, foi feita por "um numeroso concurso de cavaleiros"[67], todos vestidos de maneira elegante, com ginetes e cavalos ornados. Para assistir à representação teatral que houve na ocasião, a elite local se apresentou ricamente vestida, com roupas galantes e pomposas. Por ocasião das festas pela emancipação do país, a Câmara Municipal de Ouro Preto saiu às ruas "à cavalo e vestida de gala"[68]. No Tejuco, os cidadãos estavam "luzida e decentemente vestidos"[69].

A descrição que os viajantes fazem do vestuário ordinário dos habitantes de Minas contrasta muito com a descrição de seu vestuário de festa. No cotidiano, as pessoas se vestiam de maneira simples e cômoda para o trabalho[70]. No dia a dia, as mulheres usavam vestidos de chita, quase sem enfeites, e os homens usavam roupas de algodão grosseiro. Já nos dias de festa, a preocupação era em se mostrar o melhor possível. Era nesses dias que saíam às ruas "os ricos vestidos de seda,

63 REZENDE, F. de P. F. *op. cit.*, p. 68.
64 Idem, ibidem.
65 "Correspondência", *O Universal*, Ouro Preto, n. 596, 18 de maio de 1831, p. 1.
66 GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 195, p. 211.
67 OLYNTHO, A. *op. cit.* P. 16.
68 TERMOS de Vereação e Acórdãos da Câmara Municipal de Ouro Preto, códice n. 137, fl. 364r.
69 "Festas no Tejuco em 1822", *op. cit.*, p. 819. Outros relatos nos indicam o costume de se trajar melhor nos dias de festa. Entre outros, ver: "Suplemento ao Universal de n. 670", O Universal, Ouro Preto, n. 670, 11 de novembro de 1831, s/p; "Correspondência", O Universal, Ouro Preto, n. 761, 13 de junho de 1832, p. 4.
70 Ver: SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 2, 1938, p. 175.

ou de veludo; e era nessas ocasiões que se ostentavam o cetim, as rendas e as fitas"[71]. O viajante Mawe nos informa que, no cotidiano, o homem se mostrava em "desalinho", sendo que nos feriados e festas ele se vestia "brilhantemente"[72].

Música, fogos de artifício, salvas de artilharia, repiques de sinos e girândolas também nunca faltavam. Aqui, o povo era tomado pelo som, preso pela audição. As descargas de tiros eram dadas pela madrugada, para saudar e anunciar o dia festivo que chegava, sendo geralmente repetidas ao longo do dia[73]. Era costume também preparar-se uma alvorada para as festas, composta de uma banda de música que corria as principais ruas da vila, acompanhada de fogos de artifício, onde o povo cantava hinos patrióticos e dava vivas:

> *"Desde que a povoação começava também a concorrer para o largo da cadeia onde estava a casa da câmara; e logo que chegava a hora anunciada ou que a reunião já estava bastante numerosa todos se punham em movimento, tendo à sua frente o juiz de paz com o seu fitão; e, com fogos e música, percorriam as principais ruas da povoação, dando, de distância em distância, entusiásticos e estrondosos vivas; e dos quais os primeiros e sempre infalíveis eram - à nossa santa religião, à constituição política do Estado e ao Imperador"*[74].

Reunião de pessoas num caminhar comum, na alvorada, assim como nos cortejos realizados nas festas, todos repartiam o mesmo espaço físico. Apesar da ordenação hierárquica que ela comportava, os habitantes tinham um mesmo objetivo: comemorar acontecimentos caros à vida política e social. Nesse sentido, ela era um ritual de unificação pública. É claro que esse objetivo muitas vezes se frustava, ou não era alcançado da maneira esperada, até pela diversidade de percepção a que a festa estava sujeita. Mesmo assim, a festa cívica, aqui, era um ritual onde se buscava forjar uma unidade cívica, uma comunhão entre os habitantes das vilas e povoados mineiros. Todos os presentes, testemunhas da festa, independente de sua posição na hierarquia social, eram incitados a fazer parte de uma mesma comemoração, a comungar dos mesmos valores e a caminhar no mesmo compasso.

A alvorada tinha ainda uma outra característica importante para se

71 REZENDE, F. de P. F. de *op. cit.*, p. 209.
72 MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1978, p. 139.
73 Como alguns exemplos ver: "Tejuco" e "Vila do Príncipe", *O Universal,* Ouro Preto, n. 445, 26 de maio de 1830, p. 3; "Ouro Preto", *O Universal,* Ouro Preto, n. 590, 04 de maio de 1831, p. 3 e "Suplemento ao Universal de n. 670", *O Universal,* Ouro Preto, n. 670, 09 de novembro de 1831, s/p.
74 REZENDE, F. de P. F. de, *op. cit.*, p. 69.

destacar. Ela centralizava a comemoração, impedindo que a festa se fragmentasse e se diluísse pela cidade. Realizada na rua, saindo ou se dirigindo a uma praça, a alvorada era aberta a quem quisesse nela se juntar, o que não significa que ela não fosse alvo de controle. Havia sempre um percurso a definir a marcha, espaço físico dentro do qual os organizadores pretendiam conter a festa. Segundo Mona Ozouf, esse é o ideal de uma festa bem sucedida, onde a multidão se coloca num espaço disciplinado e somente ali se manifesta: "a festa é sentida como a expansão da felicidade pública através de um espaço urbano pleno como um gérmen; uma difusão regular, isenta de dispersão"[75].

No entanto, contrariando o desejo dos organizadores, as pessoas não se integravam no mesmo espaço físico de maneira regular. Elas surgiam pelos quarteirões de maneira caótica, ocupavam as ruas sem se preocupar com a simetria, formando um ajuntamento. Esse ajuntamento, acrescido do entusiasmo festivo, era potencialmente gerador de confusões e turbulências. Mas, mesmo que a festa visse frustrados os objetivos de seus organizadores, que não fosse a expressão da ocupação harmoniosa do espaço urbano, ainda assim, a alvorada era uma tentativa de impedir a dispersão dos habitantes e fazer com que todos vivenciassem a mesma efusão e caminhassem num mesmo ritmo.

Comer bem era outro elemento indicativo de que não se vivia um dia comum. Habituados a uma refeição mais simples no cotidiano, nos dias fortes do calendário as pessoas preparavam um jantar melhor[76]. Jantares e mesas fartas faziam parte dos festejos cívicos mineiros. Não era o poder público quem os oferecia, devido à precariedade de suas finanças. Geralmente isso ficava a cargo de pessoas de destaque na sociedade. O Intendente das Minas e Diamantes da capitania quis prolongar os festejos em comemoração à fábrica do Morro do Pilar e, para isso, ofereceu jantares em sua casa por três noites consecutivas, para as principais pessoas da cidade do Tejuco[77]. Em São Gonçalo da Contagem da Abóboras, termo da Vila de Sabará, o 7 de abril foi festejado também com comida. O Juiz de Paz do distrito, Manoel Alves de Macedo, dando "prova do seu patriotismo", convidou a todos os cidadãos para se reunirem em sua casa "aonde foram servidos de uma excelente mesa de assados, doces, frutas, licores e vinhos"[78].

Francisco Rezende conta que, quando a alvorada parava em frente a alguma casa (o que era sinal de consideração com seus moradores), era costume que as senhoras da casa cantassem um hino patriótico ou

75 OZOUF, M. "Le Cortège et la Ville Les itinéraires parisiens des fêtes révolutionnaires". in: *Annales ESC*, no 5, 26o année, sept-oct, 1971, p. 890.
76 Idem, ibidem, p. 114.
77 OLYNTHO, A. *op. cit.* p. 18 e 19.
78 "Suplemento ao Universal de n. 653", *O Universal*, Ouro Preto, n. 653, 30 de setembro de 1831, s/p.

então que fosse oferecido "uma grande mesa de doces", "para qual, sendo convidado, o povo entrava e ali comia e bebia sem distinção"[79].

As refeições tomadas em comum são importantes no contexto da festa porque sustentam e criam uma identidade entre os que estão à mesa. Bakhtin, nas suas análises da imagem do banquete nas festas populares da Idade Média e do Renascimento, esclarece bem essa questão. Segundo ele, o banquete é essencial ao regozijo popular, estando ligado, entre outras coisas, a um ideal de abundância e de universalidade. O comer coletivo "não é um ato biológico e animal, mas um acontecimento social"[80]. O banquete é por ele compreendido como um triunfo vitorioso do trabalho humano. O comer coletivo seria o momento de coroamento do trabalho de toda a sociedade, opondo-se à cupidez cotidiana. Para Michelet, as refeições tomadas em comum são um ato simbólico, que consagram e representam "a bela harmonia viva dos corações fraternos" no "milagre da associação"[81].

Momento de encontro alegre com o mundo, o comer coletivo das festas mineiras não tinha o caráter de um banquete popular como os descritos por Bakhtin, mas ele também não era apenas mera satisfação de uma necessidade biológica. Ele era um momento de sociabilidade entre os habitantes mineiros, símbolo de sua união e comunhão.

Seja nas refeições; seja nas missas, sempre realizadas em ação de graças a Deus pelo motivo comemorado; seja nas ruas e praças, acompanhando a alvorada e os cortejos; seja nos divertimentos, o fato é que a festa procurava sempre meios que juntassem as pessoas. Para que juntas elas se contagiassem e se contaminassem do "fogo do patriotismo".

Mas não era só através da reunião dos habitantes que o poder educava o povo. A festa cívica vinha, em alguns casos, carregada de símbolos, emblemas e quadros alegóricos, retratando pessoas e situações, fazendo aparecer, sob a forma concreta das imagens, valores sociais que identificavam a comunidade. Esses quadros evidenciavam o caráter pedagógico da festa.

No entanto, não se podia confiar plenamente nas representações visuais e nos símbolos, pois eles não falam diretamente; eles indicam. A lição que eles carregam é decifrada, não por um saber racionalizado, mas pela emoção e pela intuição[82]. Dessa forma, nada poderia garantir uma interpretação unânime dessas imagens nos festejos de Minas. O que cada pessoa via nelas poderia passar, a princípio, por qualquer lugar.

79 REZENDE, F. de P. F. de, *op. cit.*, p. 69.
80 BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento.* O Contexto de Rabelais. HUCITEC/UNB: Brasília/São Paulo, 1993, p.246.
81 Citado por GIRARDET, R. *op. cit.*, p. 143.
82 OZOUF, M. *La Fête Révolutionnaire, op. cit.* p. 251.

Essa desconfiança estava presente nas festas cívicas celebradas pelos mineiros. Os seus organizadores, conscientemente ou não, sempre conjugavam as imagens ao discurso, para tentar impedir, em vão, qualquer equívoco. Nos discursos e proclamações, a elite mineira organizadora do evento sempre propunha uma interpretação das representações simbólicas, procurando limitar essa interpretação através de uma "tradução fixa , capaz de reter o desgoverno do sentido"[83].

As apresentações teatrais também tinham, muitas vezes, um papel educativo, difundindo ideais de patriotismo e de civilização. O teatro mineiro no século XIX era visto como veículo de instrução e educação da população, resgatando-a da barbárie, "divulgando condutas morais" e propagando a instrução cívica[84]. Pelo nome das peças representadas, pode-se perceber o seu caráter pedagógico: "Drama Constitucional" de Fael, "O Patriotismo no seu Auge", "O Despotismo" (composição mineira)[85]. Nos festejos pelo aniversário do Imperador D. Pedro II, no ano da sua maioridade, foi apresentada a peça "José Segundo visitando os cárceres da Alemanha", onde os espectadores viam nesse "monarca justiceiro e clemente, figuradas as virtudes do nosso adorado Imperador, nosso amável patrício, o Sr. D. Pedro II"[86].

Mas, nem tudo na festa cívica era aprendizagem de virtudes patrióticas. Havia também entretenimentos para todos os gostos: cavalhadas, touradas, jogos de argolinha, óperas, saraus e danças populares eram os mais comuns. Esses elementos ocorriam geralmente em festas cujo motivo da comemoração pedia maior pompa e luxo. Para os festejos pela aclamação de D. João VI, a Câmara Municipal de Ouro Preto mandou que se preparasse uma ópera no teatro da vila[87]. Em geral, a iniciativa desses entretenimentos era dos segmentos mais privilegiados da sociedade, em virtude de seus altos custos.

As corridas de touros aconteciam na praça: levantava-se um circo rodeado de arquibancada, onde as pessoas podiam se sentar "havendo, porém, por cima desta, um ou dois andares de camarotes, dos quais cada família tomava para si e o mandava enfeitar à sua custa e ao seu gosto"[88]. Aqui, como com as luminárias, havia ocasião das famílias exporem sua riqueza e seu prestígio e marcarem seu lugar na festa e na sociedade. Simultaneamente aos toureadores havia palhaços e pessoas mascaradas para divertir o público.

---

83 Idem, ibidem, p. 256.
84 Sobre o teatro em Minas Gerais no século XIX ver: DUARTE, R. H. *op. cit.*, p. 125.
85 "Suplemento ao Universal de n. 670", *O Universal,* Ouro Preto, n. 670, 09 de novembro de 1831, s/p.; "Barbacena", *O Universal,* Ouro Preto, n. 891, 19 de junho de 1833, p. 4 e "Ouro Preto", *O Universal,* Ouro Preto, n. 963, 04 de dezembro de 1833, p. 3 respectivamente.
86 "Ouro Preto", *O Universal,* Ouro Preto, n. 141, 04 de dezembro de 1840, p. 1.
87 TERMOS de Vereação e Acórdãos da Câmara Municpal de Ouro Preto, códice n. 137, fl. 209r.
88 REZENDE, F. de P. F. de. *op. cit.*, p. 137.

As cavalhadas, por sua vez, eram um simulacro das cruzadas da Idade Média: são dois bandos montados a cavalo, com uniforme, chefes e bandeiras, um representando os mouros, outro os cristãos. O final do combate é previsível: os mouros perdem a batalha e se convertem, misturando-se todos os cavaleiros. Assim como nas touradas havia também mascarados a pé que divertiam o povo e mascarados a cavalo que ostentavam "a beleza de seus cavalos e a riqueza ou bom gosto de suas vestimentas"[89].

Mesmo não fazendo parte de todas as festas, as óperas gratuitas, as cavalhadas e touradas, bem como as danças, eram divertimento garantido. Em Mariana, havia, inclusive, uma praça como nome de praça das cavalhadas, onde eram feitas, nos festejos públicos, as corridas a cavalo e os torneios[90]. Esses divertimentos também prolongavam as festas, durando em média 3 dias[91].

As festas cívicas realizadas em Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX eram, como se pode ver, momentos de agitação e de expressão de costumes sociais, bem como de estabelecimento de vínculos entre os habitantes através da expressão e adesão a uma gama de valores e sentimentos políticos. Os moradores de Minas se uniam para fazer a festa acontecer, para colocar em cena os elementos que faziam a alegria de todos, que estreitavam laços entre eles e o poder público, que seduziam e que marcavam o compasso da vida social.

O dia de festa não era, pois, um dia comum, como outro qualquer. Ele agitava a cidade, fazendo seus habitantes saírem do marasmo habitual. A celebração de eventos políticos, escolhidos por seus contemporâneos e distribuídos pelo calendário significavam e ritmavam a vida regular. Além de expressão de um momento da vida social, de uma maneira dos homens difundirem e reforçarem seus valores coletivos, a festa cívica era um momento onde os mineiros criavam significados para o seu tempo. A celebração de determinados elementos políticos era mais do que afirmação desses elementos; era a criação de uma significação social para eles.

Por isso, a festa não era simplesmente um movimento de reação a um mundo de desordens e carente de integração. Ela era uma ação que desafiava e tentava impor uma outra direção a esse mundo, apesar de não se esgotar aí. Esses eram momentos onde se queria suprimir os conflitos cotidianos, mas não para se opor a esse cotidiano, para negá-

89 Idem, ibidem, p. 139.

90 SAINT-HILAIRE, A. *op. cit.* p. 79.

91 Em Ouro Preto, os festejos pelo fim da Revolução Farroupilha ocorreram no dia 3 de maio, sendo que os organizadores ainda preparavam cavalhadas pelo mesmo motivo. Segundo o narrador, "este divertimento, demandando mais demora para poder se levar a efeito", ocorreria nos dias 11, 12 e 13. "Festejos pela Pacificação da Província do Rio Grande do Sul". *O Itacolomy,* Ouro Preto, n. 35, 09 de maio de 1845, ano 3, p. 1.

lo ou oferecer-lhe resistências, nem mesmo para instaurar um reino de igualdade, carente de hierarquizações, e sim para criar um sentido de comunhão entre os habitantes de um lugar, para criar um sentido de povo.

A festa cívica também não pode ser tomada como uma válvula de escape, onde o habitantes mineiros se refugiavam e esqueciam das opressões e disputas da vida regular. Essas festas não ficavam livres de violências e disputas[92]. Elas eram, na verdade, um campo de possibilidades que os homens abriam no cotidiano, para poder sonhar e construir esperanças. Nesses momentos, ao festejar valores e ideais, seus protagonistas construíam a sociedade na qual eles queriam viver, projetando ali seus sonhos. Esses desejos, muitos deles frustados, não eram irreais ou inertes. Ao contrário, a sua capacidade criadora era sem limites.

O tempo assim qualificado e significado não é mais o tempo cronológico, mera sequência de dias, mas passa a ser uma "entidade atuante que indica a direção a seguir e estabelece a demarcação entre os homens"[93]. A festa e suas elaborações simbólicas cumprem, pois, o papel de ordenar o mundo, de imprimir nele uma determinada forma, de impedir que esse mundo seja um caos, carente de sentidos e de direção. É a partir dessa criação de sentidos que uma sociedade define a sua identidade e a sua articulação com o mundo[94]. É por meio desses sentidos que uma sociedade escolhe o que tem sentido e o que tem valor.

Os dias festivos eram, para os mineiros, momentos de vivências políticas intensas, onde eles começavam a se familiarizar e a experimentar a vida de cidadãos. Apesar de todos os obstáculos que impediam o livre desenvolvimento da cidadania nesse período, dos direitos civis serem violados pelos grandes proprietários de terra, pela presença da escravidão a negar o direito fundamental da igualdade civil, os direitos políticos incorporados na Constituição do Império permanecerem muitas vezes no texto escrito. De certa forma, a identidade que a festa cívica procurava criar estava ligada a uma experiência de cidadania, pois, a cidadania não se faz apenas da soma de direitos políticos civis e sociais, mas também através da participação, de uma história e de experiências e valores em comum.

À primeira vista, pode parecer que as comemorações eram apenas mais uma forma das diferentes facções políticas locais demonstrarem o grau de adesão e de reconhecimento que os moradores de Minas lhes

92 Ver capítulo 4 da minha Dissertação de Mestrado: *Festejos Imperiais, op. cit.*

93 BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Liberalismo: ideologia e controle social* (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910). Tese de doutoramento, USP, 1976, p. 412.

94 CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 177.

tributavam. No entanto, não era apenas o "domínio político local" que estava em jogo nos festejos mineiros. Certamente que ele existia e marcava o compasso das festas mineiras, mas acredito que havia também toda uma sensibilidade sendo criada. Mesmo que aquelas pessoas que se punham a comemorar cada acontecimento "glorioso" não pensassem diretamente nisso, elas se sensibilizavam para os valores políticos e sociais formadores de uma identidade de grupo, seja esse grupo a povoação em que moravam ou mesmo o Brasil.

Para além de todos os papéis que a festa cumpre - ou deveria cumprir - é necessário perceber que é impossível reduzir a festa à sua funcionalidade. Fazer isso é retirar dela o que ela tem de mais sedutor: o prazer, o regozijo que escapa a qualquer formulação e a qualquer teorização. Todo momento festivo tem seu grau - maior ou menor - de gratuidade, que escapa tanto da direção de seus organizadores quanto de qualquer enquadramento teórico. A alegria e o entusiasmo, que fazem da festa uma festa, estão fora do alcance de explicações racionais e não se explicam também, unicamente, pelo seu contexto histórico.

Por fim, não se pode avaliar o sucesso da festa pela realização de seus objetivos. Não cabe aqui perguntar se a festa realizava efetivamente a tão sonhada integração dos habitantes mineiros, ou até mesmo uma integração que abarcasse apenas os moradores dos povoados que festejavam. Os seus resultados, o outro dia da festa, não invalidavam os sentidos e direções que ela tentava criar para a sociedade mineira naquele momento, não invalidavam a intenção presente nos festejos cívicos de formar um povo civilizado, ordeiro, interessado pelo bem público, em detrimento, do particular e amante da sua terra. A festa é mais do que seus objetivos políticos. Ela é um momento em que uma coletividade investe de significados o seu mundo. E era através desse investimento, que a sociedade mineira das primeiras décadas do século XIX respondia a uma pergunta colocada implicitamente por toda sociedade: "quem somos nós?", "o que somos nós?" Ao contrário do que se imagina, essas respostas não existem prontas e acabadas no mundo natural, bastando aos homens encontrá-las. Elas são, a cada momento, uma invenção e é respondendo a essas perguntas, é criando respostas a essas perguntas, que uma sociedade define a sua identidade, o seu ser assim e se faz como novidade histórica.